

10/05/90

enzo uns i dínto de mordendo, den por exento de 2
sesas de que se levou esti acto que vai ser eliminado.

~~Recepção~~
Sra. Ana Paula Pinto
Pai António da Silva Faria.

ACTA NÚMERO seis 10/5/90

Nos dez dias do mês de Maio de mil novecentos e noventa,
pelos depoimentos horas e quinze minutos deu-se inicio a segundo
serviço extraordinário de Assembleia Municipal de Alter do
Chão com a seguinte ordem de trabalhos:

Número um - Apresentação e votação de Conto de Gêncio e
Relatório de Actividades da Câmara, referentes ao ano de
mil novecentos e oitenta e nove.

Número dois - Apresentação e votação de três Pleitos de Pormenor
de Urbanização que a Câmara pretende levar à efecto na
Sede do Concelho.

Foi acharmente constatado a existência de quinze afers
de folha de depósito habilitados.

tidz e correspondência foi feito para que nesse um voto de
pesso do funcionários da Câmara, Francisco Joaquim Ribeiro Lopes,
felo plenamente de seu frei, o qual foi aprovado por unanimi-
dade dos presentes.

O deputado José Poco pediu a palavra para perguntar a Mesa,
em que Regulamento se haviam feito convocar a sessões para este
dia e estes horas.

A Presidente da Mesa considerou obstrução ao bom funcionamento de Assembleia este tipo de contestação já que no
fim de anterior Assembleia foi derrubada a marcação destes
serviços.

O segundo secretário, José Francisco, justificou a opção de
não devido a urgência que se tinha na apresentação dos
documentos em causa. Disse ainda que, sendo extraordinários,
o prazo horário pode ser diferente do estabelecido para os
serviços ordinários.

Pediu a palavra o deputado Bezerra para vincular um voto

10/05/50

De protesto dos moradores da zona do Baixo junto ao Rio Tenerife, que se queixam do excesso de ruído junto ao mesmo, e horas insuficientes.

Foi posto e votado a entrada para discussão deste voto de protesto sendo a mesma aprovada por unanimidade com duas abstenções.

Pediu e teve o deputado António Góisim justificando a sua abstenção em rebaixo à entrada para discussão do voto de protesto pois achou que este tipo de reclamações deviam ser feitas em sede pública, neste caso, o Governo Civil. — Reconheceu a dificuldade de controlar o ruído pelo Presidente de Mesa, foi posto e votado o voto de protesto, tendo o mesmo sido aprovado com quinze votos e favor e duas abstenções.

O deputado José Afonso pediu e teve permissão para fazer a pergunta de que é certo do Movimento 25 de Abril fizesse bem, se o Município de Alter faz em não forte dérbe movimento como apurado em anterior Assembleia. Sabe-se desde o facto de continuarem por colares as placas topográficas, apesar de numerosas comissões para o efeito.

Pediu e teve o deputado Pires para fazer, ele também, um protesto pelo horário da sessão. Apurou-se que é certo que a anterior comissão topográfica entrou no Círculo o dia 25 de Abril e que se propôs a quando do Movimento 25 de Abril, na altura, convémido que o Município estivesse integrado. Pergunhou-se e lembrou de acto da sessão anterior que foi aprovado com duas abstenções justificadas pelo ausência do respectivo deputado.

Passou-se ao quinciano ponto de ordem de Trabalhos sendo opinião do deputado Vazinho, José Eduardo e Augusto, com concordância posterior da Assembleia, que, devido ao facto de ter havido alterações na propositura de Círculo, pedisse ao secretário de actividades anteriormente apresentado e sendo esta sessão uma continuação da anterior, devia ser dada oportunidade ao Sr. Presidente de Círculo de se pronunciar relativamente ao documento em discussão.

10/05/90

Tomou a palavra o Presidente da Câmara começando por referir-se à intervenção do anterior Presidente desta Câmara na última sessão de Assembleia, facto que não critica, pois acha que o local indicado para tomar atitudes quemalhantes, é aqui, mas ainda quando se tratava de fazer reparações com crito em de extensão. Faz saber que a anterior redecção do Relatório não deve ser intenção de desequilibrar a relação do executivo anterior nem foi haver qualquer ameaça de desequilíbrio entre os funcionários que foram transferidos para a direção de outras empresas e que o seu mandato não deve ser considerado de extensão.

Mas, continua, quer se chamar a atenção para o anúncio de encerrar assinados, de acordo com interpretação variada, o que é certo é que este executivo tem que descer cinquenta e seis mil contos que não geraram. E não é seu suficiente e diferentes que este desde o início do mandato a ser confrontado com problemas financeiros.

Embarca acha que este polémico tem mais a ver com uma interpretação do que com um intuito, pois tem vindo a ser feito um trabalho positivo de desenvolvimento, e' indenização que é Câmara, apesar de ter horas funcionárias, neste momento não tem capacidade de responder para evitá-la a dimensão da dívida e da sua repercução.

Atendendo ao grande aumento de despesas em pessoal-serventes e um viés de vinte e um por cento (é o maior aumento permitido sob suporte e três viés de vinte e um por cento) a verba do Fundo de Equilíbrio Financeiro não chega sequer para pagar ao pessoal, atendendo ao fato que devem receber de horas de investimento, bônus pagos de dois décimos adicionais e, numa primeira etapa, a si se, podendo corrigir a dívida de viés de colocações, apenas de quarenta e quatro mil contos o que é certo é que esteve em equilíbrio financeiro.

Continua dizendo que, se fizer este ano, fizer complete ou continua de obter lucros e assumir algumas das actual

10/05/90

Penso de actividades, fazendo algumas como por exemplo as Comissões Jurisprudenciais, a 2da e 3ra da Alter e a Presidência, só faze este ano, continua, de acordo com relatório e estudos que visto a este Assembly na altura passada, só precisava com o que que surgiu no inverno durante de um encontro.

Considerando motivo de preocupação esta situação e impossibilitando os objectos do O.D.I./N.A. feito possível agressamento de pessoas em movimento e um e movimento idem, na medida em que não oblige ninguém a fazer e só depois a receber, e em determinadas circunstâncias afeta, ehe le-gitimo o aprofundar desta situação de modo a completar um diagnóstico que nos dê o rumo das opções certas, que se vêem ou visam que se temem e, entre obs., o das obsas falecem ou o de chegar Novembro e Dezembro e não se tem dinheiro para pagar ao Pessoal.

O trabalho global foi positivo; Toda a investidura são obsas que dignificam um Concelho já de si bastante bom, simplesmente, na sua perspectiva, concordam e engrossam o encargo perante a futura e nem todos eles falam a vontade igualmente inquestionável. E exemplificam com a Piscina que, ehe, não é da mesma prejuízo. São grandes os equipamentos mas não grandes os encargos.

Retomando a alteração feita no Relatório diz que a mesma foi feita com intuito de deixar a paz nas habens facetas ou domínios mais interessados.

Falta-nos tempo, continua, é um facto que o tempo, que expõem-se que os mesmos custam muito dinheiro, depois em infra-estruturas. Na análise faz dos números e no levantamento dos compromissos por anunciar até ao fim do ano, obviamente, ieiunor certamente encontrar a solução mais justa, concluir.

Pediu a falar-se o deputado Pasto para reconhecer que ele próprio considerou que fizera demasiado com a situação exposta, embora fosse dizer, que a exposição foi um pouco exagerada,

10/05/90

faltou porque a nova Câmara em chegar se viu sem dinheiro para construir o que pensava fazer. Os candidatos, na sua opinião, tinham bem que viver com o que contam e só depois candidatá-los. Quanto ao relatório, zela que o mesmo pede de várias imprecisões e falhas graves, embora reconheça a dificuldade das suas festas, su porque não foi o executivo anterior a fazer-lo.

Entrevista de seguida o deputado Vazinho Bonachão. Começou por lembrar a crítica acérrima que fez quando da discussão e aprovação do Orçamento e Plans de Actividades para 1986, que ele, na altura, classificou de nefastíssimo. Com o previsão de enormes receitas de Capital, de justificou inquiriu o Presidente da Câmara sobre as suas proveniências, tendo-lhe o mesmo respondido que vinham dos fundos comunitários. Perguiu então na altura, disse, que se fizesse um orçamento com as verbas garantidas e depois os Revisores fiscais quando vierem e se vierem eram verbas.

E agora é este buraco esfarrapo de catorze cincuenta e cinco mil contos e este relatório aprovado nem sequer se apurou quanto ao enquadramento em critério de ruptura. E mais grave ainda (e é exactamente isso) porque se fala é um absurdo alguém que o diz é, também, um autor do Partido Socialista.

Ora que não se expõe como isto não adia que tudo resultou do orçamento irresponsável e enganador baseado em verbas hipotéticas.

Entrevista de seguida o deputado César, começando por dizer que, face ao este relatório de actividades não pode deixar de ficar surpreendido pelo tom afectado e formal de linguagem, pela exagerada dimensão do relatório de actividade em si, limitando-se a compilação de números e ainda falar tanto confiança na sua fiabilidade que o seu relatório denuncia quando diz «muito embora o seu conteúdo fosse não se reportar rigorosamente à realidade».

10/05/50

A wantar-se à redacção inicial votaria contudo contra este Relatório de Actividades, pois o mesmo deixava adi-
virhar peremptoriamente de ordem fiscal que está desenhu-
cador dum documento deste tipo.

Continuo dizendo que considero também difíceis os tempos
que se seguem devido ao grande volume de artilharias
com as quais o Municipio está já comprometido sem
possibilidade de recuo ou hesitação, sob pena de ser sindi-
cado o prejuízo. Por tanto fico que é de todos o esforço,
desbordantes e entrecas. Relembaron, é impossível, críticas
adias feitas por si, devido principalmente à grande
quantidade de terrenos adquiridos e à grande implementação
de estradas municipais para favorecer o fundo europeu,
que implicaram grandes gastos e continuam a ser fonte
de enorme desgaste financeiro para a Autarquia (tal
como o proveu as várias distinções em orçamento) sem
que existam contrapartidas em termos de investimento
agrícola ou industrial que devolvam os custos.

Entendendo falar que este Câmulo tem o caminho apontado
para os próximos quatro anos em que todo as áreas
fundamentais da vida Concelhia e que, se conseguir resili-
gar tudo aquilo que está programado, não excluindo, é
claro, aquilo que resulta das suas iniciativas e criatividade,
poderá, certamente, considerar a missão cumprida.

No que respeita ao Relatório não quiz deixar passar em
silêncio os feitos de todos os objectos queira que é frequência
de sede, foram feitos em edificios ou instalações, exempli-
ficando com o Parque Infantil, os vários extensões de
taipa de engelha, o Centro dia, e Casas Municipais e
o Cemitério. E, porque em algumas fotografias se pro-
curou juntar com Zonas Verdes e nele inter pôr feitos e
noutros nem Parque Infantil nem Centro dia ainda
existem, etc. cheguei a abreviar que este Câmulo é fuso
de que, o objectivo um maior equilíbrio entre estas Autar-
quias, se constitui como facto justa e prioritária.

10/05/90

Terminou, considerando estranha a afirmação do Presidente sobre a Piscina como fonte de fulgor esquecido contrações dos bens em termos humanos e sociais que nuns outros dígitos seriam três dígitos populares.

Interviu-se seguidamente o Presidente da Assembleia, recordando o negativismo de um Relatório sobre concepções de consideração de ordem fiscal e de impostos que se concluiu quando o fúturo Relatório fazendo de algumas imprecisões justificadas com a não facilidade de qualquer dos edilícios verificarem um executivo anterior o que este nem é verdade, pois este é o Conselho, o já anterior vereador Antônio Luis Palmeira. Quando a Coligação Democrática Unitária faz críticas à Lei das Finanças Municipais, nem sempre bem compreendidas e escritas, não o faz para este tipo de cimeiras, mas talvez não seja desestimado, apesar, lembrar-lhe a lembrar a necessidade urgente de alterar-se dentro das Autarquias os meios suficientes para desenvolver uma actividade eficaz e seu sobressalto.

Continuou, pedindo ao executivo para não entrar em depressão e, como Presidente da Mesa da Assembleia, fôrmos a disposição para fazer o que for preciso para evocarmos um bom sentido na resolução dos problemas do Concelho.

O deputado José Antônio não quis deixar de criticar também o Relatório feito imparcial e pelo linguagem utilizada. Sugereu ainda que fosse enviado a esta Assembleia o Plano de Actividades para o ano de 1991 e novas para melhor avaliação depois das actividades do executivo.

O deputado José Eduardo concordou com, também ele, manifestar surpresa pelo estado de Câmaras que, por falta de informações e por deficiências no discurso do anterior Presidente, não conhece. Ponto alto, mesmo assim, que se empolpe em demasia, não concordando com o que disse

O Deputado Vazinha para que este caixa financeiro resultasse de sua eficácia de publicidade por falência técnica, premiada

10/05/90

A financeira, resultando esta incerteza de gestão, da incerteza de destino. A dificuldade de apreciar as implicações dos motins, resultam também da grande escassez de informações na anterior Assembleia que não se pode acrescentar de forma nenhuma bem. Sabe-se agora muito mais do que soube durante todo o ano que esteve neste Assembleia e isto também porque as ACM da reunião dos executivos lhe forneceram. Concluiu dizendo que votou a favor da Conta de Bréviares mas que se inscreveram no Relatório porque só podia falar fícios com os quais não concorda.

Pediu-se permissão ao deputado António Freitas para, referindo-se ao Relatório, esclarecer, de facto, a sua imprecisão. Afirmon, no entanto, que as Câmaras existem para dinamizar e responder às dificuldades, desde que o façam de forma responsável e no intuito de alcançar os objectivos fixados, mesmo que isso signifique ter de contrariar dividas. O que interessa, disse, é que o Senhor Presidente leve a hora dada a não a que se propôs.

O Presidente da hora a propósito das afirmações do deputado José Guedes recordou a força que este não tem feito para que todos os deputados estejam o melhor informados possível e as dificuldades que quotidianamente encontram. Acha que, apesar de tudo, a informação é bastante e que se reflecte concretamente na qualidade do debate. Informou que existe um relatório da Assembleia e que é cheio, não só posse, está à disposição de todos os membros.

Entretanto, de seguida, o deputado Vaz de Carvalho esclareceu o facto de o montante de dívidas em curso ser consequência directa de ter a Câmara anterior ignorado todos os obas que fôde e de ter, com isso, ido em frente. Disse ainda que Alentejo só saiu fortalecido se entre tanto se houver concluído essa mesma obra, sendo a favor da construção de empreitadas se, para continuar a avançar,

10/05/90

del se mostra necessario. Neste caso, o fecho que não há alternativa: O futuro não o compete com herdeiros. E se houver quem seja feito, como neste caso, por ter sido, também não quem o rege tem não ter. E neste caso apontou a Câmara de Ponte de Lima atração, que tinha os cofres cheios mas não apontou uma unica obra que fossemos construir, sendo por isso penalizado o atração executivo.

O deputado Pedro apontando para o Relatório achou que onde se li "mal votadas" se devia ler "mais votadas". Disse ainda que algumas transferências não verber foram feitas com intenções folclóricas e eleitoralistas.

Passou-se a votação a favor tendo o Relatório de actividades sido aprovado com quatro votos a favor e onze abstenções. A Conta de Gavência foi aprovada com quinze votos a favor e uma abstenção do deputado Braga.

Passou-se de seguida ao segundo ponto de Ordem de Trabalhos.

O senhor Presidente da Câmara referiu a necessidade de ser a Assembleia a aprovar estes Planos de Pormenor de Urbanização, que implicam alguns desafios, investimento no sector da hotelaria & turismo, de forma a que os utentes possam usufruir de confortáveis férias.

Dois planos em causa: o licenciamento do Bairro do Cadeço; A alteração de uso - Bairro Novo Zona Sul, incentivando o uso misto, ou seja, construção que associem a habitação, o comércio e a hotelaria; E ainda a construção de uma grande estação de bate e volta na Praia do Lago, disse o Sr. Presidente seu urgente ser debatido e decidido em reunião e este último, visto quem investe, que tem manifestado tudo a exigir a possibilidade de se gerar o investimento.

Por não oferecer grande contestação ou polémica visível, passou-se a votação do Plano de Pormenor que prevê a alteração de uso no Bº Novo-Zona Sul Junto à Praia Nacional, integrando e complementando, dando o mesmo resultado

10/05/10

aprovado por unanimidade dos presentes, tendo-se retido as votações o deputado Valério por sua parte interessada.

Em reunião do projecto de instrumento de desenvolvimento da zona do Chafariz do Boncão, no Baixo do Coideco, pediu a falar o deputado José Eduardo, propondo que o mesmo fosse aprovado apenas quando acompanhado de um regulamento mencionando os termos de construção e as condições de possível alienação do terreno por quem o compra, de forma a evitar situações especulativas. Posto a votação foi este projecto aprovado com três votos a favor e dois votos contra. Foi, pois, rejeitado a aprovação do Plano de Urbanização referente ao Baixo do Coideco, devendo o mesmo voltar a esta reunião acompanhado de regulamento próprio.

Em reunião do Plano de Estabelecimento para a Serra da Lagoa, subscrito pelos senhores Mário José Ribeiro, Vítor, foram os deputados inscritos para se pronunciarem após a utilização transmitida pelo Presidente da Câmara e para com a grande qualidade do investimento, segundo disse, que haverá certamente ocupações de mão-de-obra concelhia. O deputado Peixoto disse que o terreno em causa foi confiado para servir de campo para feira e mercadorias, não concordando unicamente com a sua alienação, agora, para outros fins.

A deputada Eugénia, disse que isto se inseria num projecto maior visto de investimento estrengamente no Alentejo, onde se iriam implementar zonas de lazer seleccionadas, pensando sempre na ideia de tornar o Alentejo rico, não achando correcto o aproveitamento destes terrenos que estão vendidos e fazer isso para dar lucro a outros.

O deputado Vazinho pensa que a Câmara deve continuar a ser responsável pelo terreno herzado na lei que consagra o direito de superfície, pois não concorda que corramos o risco de fornecer especulações com terrenos cedidos

10/05/90

pela Câmara. Além disso, se houver vaga investir para fazer negócios e ter lucro que, indiretamente, seria o custo de todos os municípios.

O deputado Bento disse que, como dono do território, devemos e profundamente fundamentar o projeto deste investimento que se pode tornar uma verdadeira fechinha.

Pediu-se também o deputado Celso sugerindo que talvez com a negociação de um protocolo entre a Câmara e a Investidora, se salvaguardarem os interesses do Concelho sem inviabilizar o investimento que parece aliciante mas simultaneamente perigoso.

O deputado José Aco concordou com a ideia anterior e propôs que fosse nomeada uma comissão deste Parlamento com deputados dos três partidos para compor e negociar desse protocolo entre a Câmara e a Investidora. Só com este condicionante deriva o Plano de Pormenor em causa ser já aprovado.

Interviu o Presidente da Câmara reforçando o carácter urgente da decisão de acordo com a sua única ideia de esperar o investimento, fato ocorrido que, para, deve ser de todos. Passou, disse ainda, que será inviável o financiamento se, como já foi sugerido, não existir planejamento por parte da investidora.

O deputado José Eduardo fez saber da sua preocupação pelo grande valor de um terreno, seu potencial total de ser feito o investimento, seu valor de construção, e seu potencial de poder o mesmo ser revendido com lucro estabelecido. De acordo com isso formulou uma outra proposta que omisso a Câmara a negocia um Protocolo com a interessada que determina o preço de venda de Olaria e a finalidade da aquisição do terreno e não ser para a Câmara. Só assim será válida e possível apurado feito neste sentido o Plano de Pormenor em causa.

A Presidente de Nesse ponto a intenção dos Proportas.

A Primeira furtiva, a da Câmara, foi justa e válida,

15/06/90

Sendo a mesma reprovada por quinze votos contra.

A proposta do deputado José Eduardo foi também reprovada
recebendo quatro votos a favor e onze votos contra.

A proposta do deputado João Pco, finalmente, fez a votação
com aprovação com treze votos a favor.

Foi pois aprovado o projeto que prevê a aprovação do Plano
de Potencialização de instalação de uma estação na foz do
Lago com desenvolvimento por parte da Assembleia,
estabelece a Comissão, dum Protocolo a concordar
entre a Câmara e os Sindicatos, que subscrevem os
interesses do município. Indicador pelo qual foram
elevados nessa Comissão os deputados Vazinho, Valério e
Engenho.

Não havendo mais nada a tratar demarcou-se para encerrada
a sessão, em duas horas, de qual se levou a acta que
vai ser assinada.

~~Assinatura~~
José Carlos Bonfim
José Antônio da Blv. Eng.

Acta número sete

As quinze dias do mês de junho de mil novecentos e
noventa, fez-se vinte e uma horas e vinte minutos, den-
-se inicio à sessão ordinária da Assembleia
Municipal de Olaria do Chão com a seguinte ordem de
trabalho:

Número um - Informações do Senhor Presidente da Câmara
sobre a actividade municipal;

Número dois - Pedido de autorização da Câmara para con-
durir um encontro de seu mil contos;

Número três - Apresentação e votação da primeira revisão do
orçamento do Município para o ano de mil novecentos e
noventa.

Está a chegar a hora, não se constatando qualquer falta, o Presidente
da Câmara, Deodoro Engenho, passou a hora e correspondente
declara fechada.